



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAU

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O PRONAF E A DESDEMOCRATIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA PARA O CAMPO

Antonia Raquel Fontinele Batista (Aluna do curso de Ciências Sociais. Bolsista IC BICT/FUNCAP)

Universidade Estadual Vale do Acaraú-Sobral (CE)

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello (Professor Dr. Universidade Estadual Vale do Acaraú-
UVA)

A pesquisa analisa a política agrária dos governos Temer e Bolsonaro no Brasil. O que se almeja entender, como objetivo correlato e relacional, é como a ação governamental no campo revela dimensões do processo mais recente de enfraquecimento substantivo da democracia no Brasil. A pesquisa recorre à sociologia tillyana para analisar um processo particular de desdemocratização na política agrária brasileira durante os governos Temer e Bolsonaro. Os recursos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram a análise de conteúdo dos documentos governamentais e partidários, o acompanhamento de notícias em periódicos nacionais, a estatística descritiva e a leitura de analistas da questão agrária, da conjuntura política e da democracia contemporânea. As modificações promovidas por esses mandatários na ação do Estado no campo implicaram redução da política de acesso à terra, dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, dos programas de fortalecimento da agricultura familiar e das políticas de barateamento e estabilização de preços de alimentos no mercado interno, bem como a ampliação da titulação dos assentamentos, o crescimento do mercado de terras, a continuidade do favorecimento da agroexportação e a expansão (legal e ilegal) da fronteira agrícola na Amazônia. A política de reforma e desenvolvimento agrário durante o governo Temer focalizou a entrega individualizada de títulos aos assentados em vez do investimento nas áreas reformadas. Os programas voltados ao desenvolvimento de assentamentos e a dinamização da agricultura familiar viram seus recursos decaírem no governo daquele que havia sido vice de Dilma. O orçamento de 2017 reduziu em 64% a verba para políticas voltadas aos assentamentos e recuou em 86% os recursos para assistência técnica e extensão rural. Para a política agrária, Bolsonaro afirmou que não admitiria ocupações de terras, defendeu o uso de armas para defesa de propriedades rurais e fez discursos ridicularizantes sobre quilombolas que o levaram a ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao STF por crime de racismo. A política de obtenção de terras e formação de novos projetos de assentamento teve sua redução aprofundada no governo Jair Bolsonaro, algo que significou sua quase extinção. A análise da política agrária dos governos Temer e Bolsonaro demonstra um profundo e continuado processo de desmonte de capacidades estatais construídas a curto, médio e longo prazos na ação governamental para o campo, com impactos para além do meio rural. As consequências negativas da política agrária pós-Dilma se deram em um contexto de expectativas deprimidas. Esse contexto combina desemprego rural, encarecimento dos alimentos e aumento significativo dos níveis de miséria, pobreza e fome, constituindo a conjuntura brasileira de 2016 a 2022 como um caso basilar de desdemocratização.

Palavras-chave: política agrária; democracia; Brasil.

Funcap - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico